

Cartada Demagógica

A oportunidade criada pela leviandade da Câmara vai submeter o Senado a um teste de coragem política e à prova institucional o sistema bicameral. De que servem duas casas representativas se a uma não cabe função retificadora? Foi fundada na responsabilidade em dois tempos que a Câmara se permitiu aquela unanimidade por omissão, que aprovou às gargalhadas o aumento mensal de todos os salários.

Os deputados estavam certos de que os senadores cumprirão o seu dever e darão um jeito para que o aprovado fique por não aprovado. Queriam apenas salvar as aparências que lhes dizem respeito, de olho na renovação parlamentar do próximo ano. Quem sabe com essa barretada salarial a taxa de reprovação dos deputados — estabelecida entre 60% e 70% — se beneficie do investimento demagógico?

A hora da coragem vai pôr à prova o Senado e mostrar se têm razão os unicameralistas, que o consideram uma instituição anacrônica e sem razão de ser. Os senadores têm também um encontro marcado com os eleitores, na mesma data dos deputados, dia 3 de outubro de 94. Se raciocinarem em ponto pequeno, como os deputados, vão referendar o reajuste mensal de salários e estabelecer a rota de colisão fatal. E se faltar dinheiro, no dia de pagar o funcionalismo da União, dos governos estaduais e das prefeituras? Contra quem se voltaria a frustração do funcionário público, que é o alvo dessa demagogia: os deputados, que cometeram a leviandade, ou os senadores, que deixaram de reparar o engodo?

O fato político é que alguém terá de reunir coragem para desmanchar esse trote político que pode recair sobre a credibilidade do Congresso e fulminar a instituição parlamentar. Não é possível descartar a hipótese de conseqüências que não se farão esperar. A correção mensal dos salários erodidos pela inflação é apenas o prenúncio da correção semanal e, sem a galhofa do deputado que aventou a hipótese leviana, o pas-

so seguinte será o ajustamento diário. Será o fim de alguma coisa e o começo de outra imprevisível. Não há exemplo de que qualquer economia tenha se livrado da praga inflacionária mediante aumento de salários. A eterna corrida entre preços e salários só tem um vencedor: os preços. Os países que conheceram a hiperinflação deixaram vasta literatura a respeito.

Se o Senado não se encher de coragem e não se despojar das ilusões pueris, então caberá ao presidente da República dar o exemplo pelo qual este país espera há anos: vetar a estocada desleal da demagogia. É melhor que os eleitores se vinguem nos seus representantes, recusando-lhes a recondução, a votarem desprezo ao voto e indiferença pela democracia.

Não foi a sério que os deputados aprovaram por unanimidade simbólica, com dois únicos votos contra, o aumento mensal de salários. Dos dois votos que resistiram, um já confessou que foi por equívoco a divergência. Sobrou apenas o ex-ministro Gustavo Krause, que se habilita a um gesto histórico, que não deixará o presidente Itamar Franco sozinho na hora de mostrar seriedade e coragem.

Sobre os ombros dos governadores dos estados, que também terão dificuldades de pagar o aumento, recai a responsabilidade de colaborar para que o presidente da República não tenha de arcar sozinho com o peso de uma decisão impopular, mas do mais alto bom senso. Os senadores representam os estados da Federação e, portanto, podem ser suscetíveis às ponderações que os governadores precisarão vocalizar em nome da prudência.

Não são apenas mandatos de deputados que estão em jogo nessa cartada demagógica. A ordem constitucional não pode ser abalada pelas conseqüências, que esperam apenas pela confirmação da insensatez para se precipitarem em crise de efeitos imprevisíveis. A ansiedade geral é o prenúncio do desconhecido.